



RETORNO PRESENCIAL: PROFESSORES CRITICAM FALTA DE INFRAESTRUTURA

Páginas 4 e 5

VELHA NOTICIA VELHA

Nada de novo no quartel de Bolsonaro. O governo federal e seus aliados querem cortar mais recursos do já minguado orçamento das universidades. No último dia 6, a Comissão Mista de Orçamento aprovou parecer com corte de 6% de todas as universidades. O relator foi o deputado Hugo Leal, do PSD-RJ. A tesourada significa, na prática, menos R\$ 16 milhões para a UFRJ. “Nós estamos com todos os contratos no limite. Operamos uma série de reduções a partir de análises técnicas. Tudo que era possível fazer em termos de otimização da gestão foi feito. Mais que isso seria reduzir serviços que são essenciais para o nosso funcionamento”, resumiu o professor Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento e Finanças.

EDITORIAL

CAR@ COLEGA,

DIRETORIA

O governo Bolsonaro tem uma única e velha política para a universidade e a Ciência: cortar recursos. Fazia isso nas temporadas da panaceia ideológica de Weintraub e repete a mesma toada em tempos de pandemia. Claro que tirar recursos agora é mais grave do que nunca. As universidades são espaços estratégicos para combater a covid-19 e preparar o país para evitar novas investidas do coronavírus. Mas para um governo que flertou com o vírus, foi leniente na compra de vacinas e debochou da morte de quase um milhão de cidadãos, valorizar o conhecimento jamais seria prioridade. Isso fica claro na última maldade orçamentária dos bolsonaristas. No dia 6, a Comissão Mista de Orçamento aprovou parecer com corte de 6% de todas as universidades. O relator foi o deputado Hugo Leal, do PSD-RJ. A tesourada significa, na prática, menos R\$ 16 milhões para a UFRJ. Car@ colega, como podemos planejar um retorno presencial ainda mais sucateados?

Estamos nos desdobrando para voltar aos campi, mas a situação está longe de ser razoável. A Faculdade de Farmácia já tornou com atividades presenciais práticas, mas as salas do subsolo não possuem ventilação nem exaustão e, por isso mesmo, as aulas teóricas precisam seguir remotas.

Esses e outros “detalhes” que ameaçam a saúde de professores, estudantes e técnicos não aparecem nas laudas do desembargador Marcelo Pereira da Silva, que decidiu pelo retorno das atividades presenciais na UFRJ e outras instituições federais de ensino do Rio de Janeiro. Muito pelo contrário. O magistrado assinou sua sentença sem sequer ouvir a universidade. Se tivesse visitado uma única vez o edifício Jorge Machado Moreira, que abriga o gabinete da reitoria, no Fundão, perceberia a imprudência de sua sentença e, quem sabe, cerraria fileiras conosco para evitar mais cortes e pedir mais recursos.

O prédio era a casa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Escola de Belas Artes e do Instituto de Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional. Era. Desde 2016, quando oitavo andar foi destruído por um incêndio, a situação do prédio – tombado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – só se deteriorou.

130 ANOS DA FND: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E LIBERDADE

Para comemorar a história daquela que é mais antiga que a própria UFRJ, a Faculdade Nacional de Direito e a Escola de Comunicação produziram o documentário “Os 130 anos da FND: História, Resistência e Liberdade”. O aniversário ocorreu em maio desse ano. Para o lançamento, a direção da Faculdade Nacional de Direito organizou uma cerimônia no dia 10, com transmissão no canal da FND, no YouTube. O documentário ficará hospedado também nas redes do TJUFRJ, o telejornal online da Escola de Comunicação.

Celebrar a história. É essa a principal importância do documentário, segundo a atual vice-diretora Carolina Pizzoeiro. A linguagem utilizada, explica Pizzoeiro, permite trazer, além da história, “o coração e o sentimento das pessoas”. Para a vice-diretora, é preciso que essa memória seja honrada, possibilitando caminhar para o futuro ciente da missão da Faculdade Nacional de Direito de formar o pensamento jurídico brasileiro e da resistência às injustiças. “A FND, com suas mais de 500 vagas de entrada todos os anos, é hoje talvez a maior faculdade pública

último dia 7, aos 73 anos, o diretor da instituição, Ronald Cintra Shellard. “A luta pelo respeito e ética sempre foi uma marca de sua gestão, valorizando a vida e a pessoa humana acima da posição ocupada na hierarquia profissional. Era capaz de brigar pela comunidade do CBPF e pela instituição com a mesma garra que defendia sua pesquisa científica”, diz nota divulgada na página do Centro. Shellard era pesquisador titular do CBPF desde 1994 e diretor desde 2015. Fez graduação em Física pela USP em 1970, mestrado em Física pelo Instituto de Física Teórica (1973) e



■ A comunidade do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e os cientistas da área estão de luto. Faleceu, no

Em abril deste ano, um novo incêndio, desta vez no segundo andar, tornou ainda mais dramática a crise de infraestrutura do local. A administração central corre para recuperar as instalações nos andares superiores.

Mas as salas de aula, prontas para receber novos alunos, esbarram num problema: falta energia elétrica. Além disso, há pilares de sustentação do prédio condenados pela Defesa Civil. As áreas interditadas no térreo impedem que os andares superiores sejam amplamente ocupados. Nossas fragilidades, no entanto, não fazem os recursos chegarem mas nos fortalecem naquilo que temos de melhor: a solidariedade. Foi com empatia que a AdUFRJ doou 100 kits com 22 itens alimentícios para trabalhadores terceirizados da universidade. A entrega das cestas ocorreu na última quarta-feira, 8, no Centro de Tecnologia, no Fundão, e atendeu a pedido da ATTUFRJ, a associação de terceirizados da UFRJ.

Seguiremos assim, lutando por mais recursos e menos injustiças.

Boa leitura!



CESTAS RECHEADAS DE SOLIDARIEDADE
A AdUFRJ doou 100 kits de alimentação para trabalhadores terceirizados da universidade

de Direito do país”, ressalta. A professora Kone Cesário, vice-diretora da FND entre 2017 e 2021 e uma das organizadoras da obra, conta que a ideia do documentário foi motivada pela mudança no perfil da FND, ocorrida nos últimos anos graças à política de cotas. “É esse novo perfil do alunado que daqui a pouco estará nas bancas de advocacia, nas cortes, o que nos deixa muito orgulhosos”, explica Cesário. “Então, queremos deixar esse marco, deixar registrado para a História”. “É um projeto bellissimo”, destaca a coordenadora do TJUFRJ e professora da Escola de Comunicação Carine Prevedello. Iniciado em janeiro e finalizado em dezembro, o documentário foi produzido totalmente pelos alunos dos cursos de comunicação social e jornalismo da UFRJ. (Beatriz Coutinho)

doutorado em Física pela Universidade da Califórnia, Los Angeles (1978). Era presidente do Conselho Técnico-Científico (CTC) da Rede Nacional de Física de Altas Energias (Renafae) e membro titular da Academia Brasileira de Ciências, desde 2017. A perda foi lamentada pelo professor Nelson Braga, físico e representante dos titulares no Conselho Universitário. “Era uma liderança das mais importantes de Física para o país, um cientista de grande peso”. Ele propôs ao Consuni uma moção de pesar pelo falecimento do pesquisador, aprovada por unanimidade.



CONVÊNIOS

■ Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



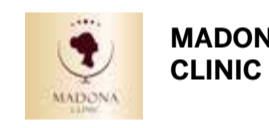
MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC



PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



MACAÉ



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA

DE VOLTA PARA O PASSADO

> UFRJ perde R\$ 16 milhões no orçamento de 2022, segundo corte proposto pelo relator da Comissão Mista do Congresso. Redução inviabiliza funcionamento da universidade

KELVIN MELO
kelvini@adufrj.org.br

Durou pouco mais de três meses a expectativa da UFRJ por uma mínima recomposição financeira em 2022.

Em 31 de agosto, o governo enviou proposta ao Congresso reservando R\$ 320,8 milhões para as despesas da maior federal do país — valor ainda insuficiente, mas com pequeno avanço em relação aos R\$ 299 milhões deste ano. No último dia 6, porém, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou parecer com corte de 6% de todas as universidades. A tesourada significa, na prática, menos R\$ 16 milhões para a UFRJ.

“Ainda não é definitivo. Precisa ser apreciado pelo próprio plenário do Congresso. Mas é um indicador extremamente preocupante para nós. Isso nos aponta ficar em 2022 praticamente com o mesmo orçamento de 2021”, explica o pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp. O problema é que as receitas atuais já não dão conta do funcionamento da UFRJ, que ainda está com a maioria das aulas em meio remoto. “É o orçamento de um ano completamente atípico que, tudo indica, será mantido para um ano que tenderia à retomada da nossa normalidade”, completa.

A estimativa da reitoria é chegar ao fim de 2021 com um déficit de aproximadamente R\$ 48 milhões. Número que pode diminuir com algumas confirmações de gastos nos próximos dias, como contratos de fornecimento com valores que podem ficar abaixo do previsto. “Em função do retorno ainda não ser 100%”, explica Raupp. “Vamos conseguir pagar todas as nossas contas até o mês de novembro. Já boa parte do mês de dezembro teremos que carregar para o ano que vem”.

O pró-reitor diz que é importante mobilizar para a recuperação e ampliação do orçamento.

Mas a experiência da tramitação da proposta, no ano passado, não é nada positiva. “Foi ao contrário. Os cortes só foram aumentando”, observa Raupp.

DEBATE NO CONSUNI

Todos os anos, o Conselho Universitário discute o orçamento interno do exercício seguinte. No documento que será apreciado pelo colegiado ainda este mês, a administração superior trabalha com os números da proposta original do governo. “Sem esse corte da comissão, que é uma indicação do relator (deputado Hugo Leal, do PSD-RJ). Mesmo com o valor original, nós já apontávamos um déficit na casa dos R\$ 90 milhões, no exercício do ano que vem. Com mais cortes, o déficit se aprofundaria”, esclarece o dirigente. O corte do relator retira R\$ 12,5 milhões para despesas do funcionamento da UFRJ e mais R\$ 3,5 milhões de assistência estudantil. Apenas as verbas dirigidas ao Complexo Hospitalar da UFRJ foram poupadas.

E não existe mais possibilidade de ajuste. “Nós estamos com todos os contratos no limite. Operamos uma série de reduções a partir de análises técnicas. Tudo que era possível fazer em termos de otimização da gestão foi feito”, afirma Raupp. “Mais que isso seria reduzir serviços que são essenciais para o nosso funcionamento”.

Apesar dos sucessivos cortes nos últimos anos, a nova tesourada nas universidades não deixou de ser uma surpresa. Em um encontro do Fórum de pró-reitores de Planejamento (Forplad), na semana passada, o próprio MEC participou e também apontou expectativa de alguma recomposição para as universidades. “É uma surpresa totalmente negativa”, conclui o pró-reitor da UFRJ.

NO CONJUNTO DAS UNIVERSIDADES, PERDA DE R\$ 300 MILHÕES

A Proposta de Lei Orçamentária (PLOA) do governo reserva R\$ 5,1 bilhões para as despesas discricionárias — ou seja, sem



“Nós estamos com todos os contratos no limite. Operamos uma série de reduções a partir de análises técnicas. Tudo que era possível fazer em termos de otimização da gestão foi feito. Mais que isso seria reduzir serviços que são essenciais para o nosso funcionamento”.

EDUARDO RAUPP
Pró-reitor de Planejamento e Finanças

contar gastos com pessoal — das universidades. “Do jeito que estava a PLOA, 2022 já estava comprometido. Com o corte, não tem a menor possibilidade de conseguirmos operar”, diz o presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), professor Marcus David. O conjunto das universidades, calcula o reitor, perde quase R\$ 300 milhões pelo corte indicado pelo relator.

O orçamento deve ser votado até o início do recesso parlamentar, em 22 de dezembro. A Andifes reivindica a recuperação do orçamento para valores de 2019, corrigidos pela inflação. Seriam aproximadamente R\$ 6,9 bilhões, R\$ 1,8 bilhão a mais do que o governo propõe.

NA CIÊNCIA, MAIS CORTES

O sistema federal de Ciência e Tecnologia também sofreu na caneta do relator da CMO. A SBPC registrou um corte de R\$ 126,7 milhões na verba do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). O CNPq perderia R\$ 60,2 milhões, sendo R\$ 52,7 milhões destinados ao pagamento de bolsas.

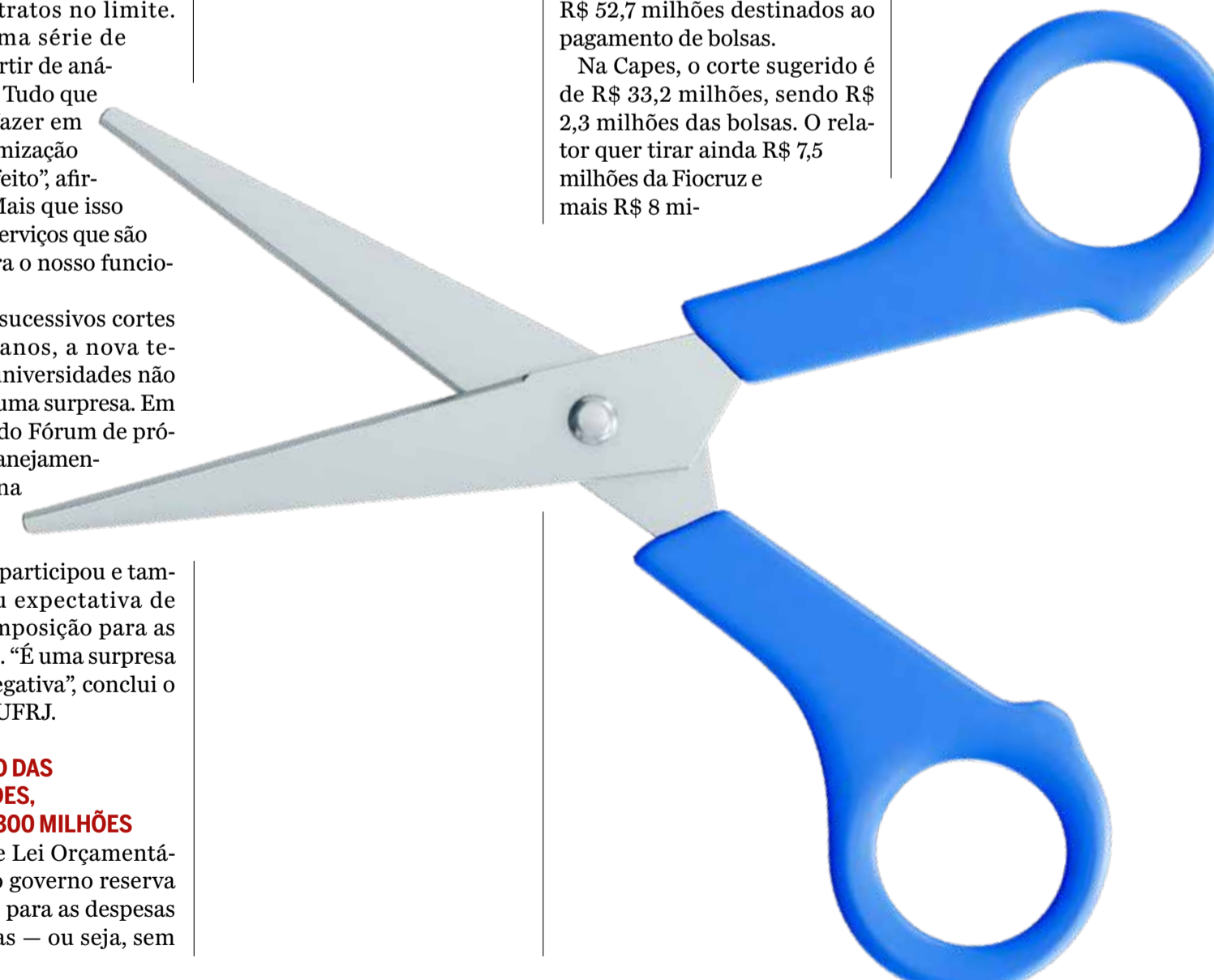
Na Capes, o corte sugerido é de R\$ 33,2 milhões, sendo R\$ 2,3 milhões das bolsas. O relator quer tirar ainda R\$ 7,5 milhões da Fiocruz e mais R\$ 8 mi-

lhões da Embrapa.

Entidades de apoio à ciência, como a própria SBPC e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), também tiveram suas contribuições reduzidas em R\$ 210 mil e R\$ 240 mil, respectivamente, o que prejudicaria a divulgação científica.

“Eu me senti chocado ao saber de mais um corte no orçamento da Ciência”, diz o presidente da SBPC, professor Renato Janine. “Devemos lembrar que, se tivéssemos investido na Ciência na hora certa, teríamos tido pelo menos uma, talvez duas ou três vacinas brasileiras, economizando muito dinheiro que gastamos comprando vacinas do exterior”, completa.

A SBPC, a ABC e a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento — movimento organizado da comunidade brasileira de ciência e tecnologia para atuação permanente junto aos parlamentares — se mobilizam para reverter os cortes. “Vamos continuar lutando, mobilizando a comunidade científica”, afirma Janine.



AdUFRJ
no Rádio

■ O ORÇAMENTO TAMBÉM FOI O PRINCIPAL TEMA DO ÚLTIMO PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO DESTA SEMANA. Convidado, o professor Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças da UFRJ, explicou os impactos do corte aprovado na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. O professor emérito Ricardo Medronho, diretor do sindicato, participou do programa e fez um balanço do retorno das aulas presenciais na universidade. O AdUFRJ no Rádio vai ao ar todas as sextas-feiras, às 10h, com reprise às 15h, pela Rádio UFRJ (www.radio.ufrj.br) e também está disponível em seu agregador de podcasts favorito.



UM DOS PILARES CONDENADOS pela Defesa Civil, no bloco C do prédio da reitoria. Trecho está interditado

ALESSANDRO COSTA



SALAS DE AULA no edifício Jorge Machado Moreira e no subsolo do Centro de Ciências da Saúde ainda não podem receber aulas presenciais

Retorno presencial tropeça na infraestrutura

> Falta de orçamento impede ou atrasa melhorias estruturais necessárias à volta presencial integral dos cursos da universidade. Situação mais crítica é a do edifício Jorge Machado Moreira, no Fundão

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A universidade vem se desdobrando para atender à demanda de retorno das aulas presenciais. Mas não é fácil voltar. Quem percorre os corredores dos edifícios do Fundão percebe que faltou ao desembargador Marcelo Pereira da Silva, do Tribunal Federal da 2ª Região, conhecer a realidade. A precária infraestrutura e o sub-

financiamento da instituição não foram considerados na sentença e ajudam a explicar os ainda tímidos números de disciplinas presenciais oferecidas neste semestre. A pró-reitoria de Graduação informa que 42,7 mil alunos se inscreveram para 2021.2, mas 41,5% das disciplinas continuam sendo remotas. Apenas 2,6% são integralmente presenciais e a maioria, 55,9%, é composta por disciplinas híbridas, que conjugam aulas remotas e aulas presenciais. Passados 24 dias do início do semestre letivo, ainda há espaços da universidade sem condições

mínimas para receber um grande volume de pessoas. É o caso, por exemplo, do edifício Jorge Machado Moreira (JMM), que abriga o gabinete da reitoria. O prédio era a casa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Escola de Belas Artes e do Instituto de Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional. Era. Desde 2016, quando o oitavo andar foi destruído por um incêndio, a situação do prédio – tombado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, da prefeitura carioca – só se deteriorou. As unidades precisaram buscar abrigo em outros locais para suprir a falta de salas de aula.

De transitória, a situação se tornou permanente. Há cinco anos, esses cursos necessitam de instalações cedidas para exercer suas atividades. “Nós aloamos mais de 600 horários para aulas por semestre sem termos uma sala de aula para chamar de nossa”, reclama a diretora da Escola de Belas Artes, professora Madalena Grimaldi. Antes do incêndio, a EBA ocupava as salas do sexto e sétimo andares do JMM, além dos ateliês e oficinas do térreo e segundo andar. “Desde 2016 dependemos da acolhida da Faculdade de Letras, do CT, do CCMN e da Educação Física para conseguirmos aten-

der aos nossos alunos”, conta a docente. A EBA voltou presencialmente com disciplinas práticas, nos ateliês localizados no Bloco D do edifício. “É uma volta parcial e as turmas estão divididas em pequenos grupos. As disciplinas teóricas, por enquanto, seguem remotas”, diz. Mesmo com os empréstimos de salas em outras unidades, a diretora afirma que não há condições de retomar as aulas integralmente presenciais, caso o distanciamento social permaneça necessário no ano que vem. “Sem o JMM, não tenho como alocar 15 cursos nas atuais condições de bios-

segurança. Não há espaço para isso”. Além das salas, a diretora reforça a necessidade de impermeabilização do bloco D, por conta das graves infiltrações que atingem os ateliês. “Quando chove, molha tudo”.

IMPOTÊNCIA E ABANDONO

“O Jorge Machado Moreira é o edifício que concentra o maior número de problemas estruturais, resultado do abandono de décadas”, reconhece o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha. “Vamos gastar R\$ 11 milhões com as obras prioritárias, mas eu precisaria de R\$ 50 milhões para deixar o prédio adequado para o uso. Eu não vejo de onde tirar esse volume de recursos. A sensação que tenho é de impotência”, lamenta o dirigente.

As obras avançam na lentidão em que os recursos chegam até a universidade. Em abril deste ano, um novo incêndio, desta vez no segundo andar, tornou ainda mais dramática a crise de infraestrutura do local. O custo para a reforma do Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU, atingido no incidente, foi de R\$ 562 mil. A obra deve ser encerrada até o final deste mês. Nos andares mais altos, há salas de aula prontas para receber alunos, mas falta energia elétrica.

Ainda há obras em andamento no sexto, sétimo e oitavo andares, que começaram em 2020 e serão concluídas em abril de 2022. Em paralelo, acontece a reforma das instalações elétricas desses andares e da subes-



ARTE para receber a comunidade acadêmica, no IFCS

tação de energia. O prazo para a recuperação da rede, que era outubro deste ano, está ultrapassado e em revisão. Só essas frentes já custaram cerca de R\$ 3 milhões, segundo informações fornecidas pela assessoria de imprensa da reitoria. Outros R\$ 3 milhões foram utilizados no reforço estrutural do oitavo andar, reforma da rede hidráulica e impermeabilização da biblioteca. Essas obras foram concluídas entre 2018 e 2021.

Mas os problemas não param por aí. Alguns pilares de sustentação do prédio, no bloco C, foram condenados pela Defesa Civil e precisam de recuperação urgente para permitir a ocupação ampla do edifício. O projeto está pronto, mas ainda aguarda dinheiro para a licitação. A reitoria estima um custo inicial de R\$ 309 mil. Outro projeto também urgente busca recuperar as instalações elétricas do terceiro, quarto e quinto andares. O cus-

to estimado é de R\$ 1,2 milhão.

A administração central pretende entregar as salas de aula do sexto e sétimo andares em abril. Os demais andares ainda precisam de licitações, que ela pretende escalonar para liberar gradativamente cada pavimento, na medida em que as obras ficarem prontas. “Precisamos mexer na fachada, precisamos resolver o problema grave dos pilares, precisamos de brigada de incêndio, mas sem energia, não tem como as aulas voltarem. Então, eu diria que a prioridade é religar toda a energia do prédio para devolver as aulas para os blocos A e D, enquanto as outras obras acontecem em paralelo”.

CCS TAMBÉM SOFRE

O edifício principal do Centro de Ciências da Saúde também enfrenta problemas. As instalações do subsolo, sobretudo as salas de aula, não são ade-

quadas para serem utilizadas durante a pandemia. “As aulas presenciais da pós-graduação e as aulas práticas da graduação retornaram. Mas as aulas teóricas, ainda não”, relata a professora Julia Clarke, da Faculdade de Farmácia. “Precisaríamos utilizar as salas de aula do subsolo, que não têm ventilação alguma. Temos 160 novos alunos a cada semestre, não temos espaço”.

Vice-decana do CCS, a professora Lina Zingali reconhece as dificuldades. “As salas não estão sendo usadas no subsolo e o nosso aulário, o bloco N, está ocupado pelo Centro de Triagem e Diagnóstico para covid-19. Por isso, estamos com uma grande limitação de salas de aula”, explica. O planejamento do CCS é devolver o bloco N para aulas teóricas no início do ano que vem. “O CTD será transferido para outro espaço e as salas serão reformadas para receber os alunos até o meados de janeiro”, afirma.

IFCS SEM AULAS PRESENCIAIS

Os problemas também atingem unidades isoladas da universidade. No Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, não haverá aulas presenciais no período atual. “Temos um calendário acadêmico da graduação e pós-graduação com aulas e turmas previstas ainda no modo remoto. Os professores e estudantes se prepararam para isso. Você não pode alterar no meio do caminho uma disciplina que foi prevista no modo remoto”, explicou o diretor, professor Fernando Santoro. (Colaborou Lucas Abreu)

CONSUNI APROVA CALENDÁRIO DE 2022

A UFRJ aprovou o calendário acadêmico para o ano letivo de 2022. As datas foram apresentadas no Conselho Universitário, dia 9, e representam um avanço em relação aos dois últimos anos: o calendário é unificado para educação infantil, graduação e pós-graduação. Outro ponto positivo é que há mais proximidade entre as datas dos atos acadêmicos da graduação e da pós. Apesar disso, as datas ainda não estão totalmente casadas. A resolução que estabelece o ano letivo foi aprovada por unanimidade no colegiado. Veja ao lado:

GRADUAÇÃO EM GERAL	
2022.1	de 11 de abril a 6 de agosto
Recesso	de 7 a 28 de agosto
2022.2	de 29 de agosto a 14 de janeiro de 2023
MEDICINA RIO E MACAÉ	
2022.1	de 11 de abril a 13 de agosto
Recesso	de 14 a 28 de agosto
2022.2	de 29 de agosto de 2022 a 14 de janeiro de 2023
EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDÃO E LAGOA	
Primeiro período letivo	de 7 de fevereiro a 17 de julho
Recesso	de 18 de julho a 1 de agosto
Segundo período letivo	de 2 de agosto a 16 de dezembro

PÓS-GRADUAÇÃO SEMESTRAL	
Primeiro período	de 11 de abril a 6 de agosto
Segundo período	de 5 de setembro de 2022 a 21 de janeiro de 2023
BIMESTRAL	
Primeiro período	de 11 de abril a 11 de junho
Segundo período	de 20 de junho a 20 de agosto
Terceiro período	de 5 de setembro a 5 de novembro
Quarto período	de 14 de novembro a 21 de janeiro de 2023
TRIMESTRAL I	
Primeiro período	de 11 de abril a 9 de julho
Segundo período	de 18 de julho a 8 de outubro
Terceiro período	de 17 de outubro a 7 de janeiro de 2023
Quarto período	de 16 de janeiro de 2023 a 11 de março de 2023
TRIMESTRAL II	
Primeiro período	de 21 de março a 18 de junho
Segundo período	de 27 de junho a 17 de setembro
Terceiro período	de 26 de setembro a 23 de dezembro
Quarto período	de 2 de janeiro de 2023 a 11 de março de 2023

CONHECENDO A UFRJ REALIZA PRIMEIRA EDIÇÃO VIRTUAL

Pela primeira vez, o Conhecendo a UFRJ foi realizado em meio remoto, entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro. Com 2,2 mil inscritos, o tradicional evento de apresentação da universidade aos estudantes do ensino médio ofereceu mesas temáticas especiais, estandes virtuais e 54 palestras de cursos de graduação. Diante da impossibilidade de receber milhares de jovens em seus campi, como em edições anteriores, a reitoria inovou. “Os estudantes entravam em uma plataforma que simulava os estandes que nós tínhamos na experiência presencial”, explica a professora Ivana Bentes,



pró-reitora de Extensão. “Sempre houve filas de ônibus estacionados, com quantidade enorme de escolas e estudantes participando. Buscamos manter um pouco dessa relação direta da troca nesse ambiente virtual”, completa. A pró-reitora enfatiza que o Conhecendo a UFRJ tem uma dimensão além da apresentação dos cursos que vão conduzir as pessoas para o mercado de trabalho. O evento também fala da formação cidadã que a instituição

proporciona. “Entrar para uma universidade pública muda a trajetória das pessoas”, diz Ivana. “Isso fica muito marcado na experiência dos jovens do ensino médio no Conhecendo a UFRJ, descobrindo este mundo possível”. Renata Soares, da Superintendência de Integração e Articulação (Siart), que organiza o Conhecendo, destaca que as lives ficam disponíveis no canal da Extensão da UFRJ no Youtube. “Temos verificado visualizações crescentes,

mesmo depois dos eventos”. E tem mais. A Plataforma de Apoio a Eventos, desenvolvida pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da universidade, vai hospedar os 80 estandes virtuais expostos no Conhecendo, com atualizações. Só não haverá a mesma experiência imersiva das videoconferências, em tempo real, dos três dias do evento. O trabalho de migração é gradual. “Devemos ter uns 45 lá na plataforma, entre cursos e outros órgãos institucionais”, acrescenta Priscila Magalhães, também da equipe da Siart da Extensão. (Kelvin Melo)

DESEMBARGADOR AINDA NÃO AVALIOU RECURSOS

Quando organiza o retorno presencial possível nas atuais condições de pandemia e infraestrutura, a comunidade da UFRJ monitora o processo em tramitação no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Em 25 de outubro, o desembargador Marcelo Pereira da Silva determinou a volta das aulas aos campi da universidade — e de outras seis instituições de ensino no estado — UniRio, Pedro II, UFRRJ, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Cefet e IFRJ. Mas, até o fechamento desta edição, o magistrado não se manifestou sobre os recursos apresentados pela defesa das instituições ou pela AdUFRJ.

CAPEs PREMIA TESE DA UFRJ

> Pesquisa conseguiu antecipar os efeitos tardios da infecção pelo Zika vírus em crianças, mesmo aquelas que não nasceram com microcefalia. Epilepsia, atrasos motores e de fala estão entre as descobertas

BEATRIZ COUTINHO
E SILVANA SÁ
comunica@adufjrj.org.br

OS PASSOS DA PESQUISA

1. Quando os camundongos completavam 3 dias de vida, recebiam o vírus da zika no dorso do pescoço, causando uma infecção subcutânea.

2. O vírus absorvido passava para circulação sanguínea. Nesta etapa, buscava-se acompanhar o neurodesenvolvimento ainda próximo ao nascimento.

3. Na infância, eram realizadas avaliações de convulsão: quantos do grupo apresentavam a enfermidade, quando e em que momento do dia.

4. Na adolescência e na fase adulta, a investigação buscava mapear a cognição e a memória desses animais. São realizados também experimentos comportamentais.

5. A última etapa investigava o tecido cerebral dos animais. Neste ponto, a pesquisadora descobriu que um grupo de indivíduos apresentava modificações estruturais ou indícios de inflamação no tecido, como desorganização do hipocampo, focos de necrose (morte celular), calcificações e outras condições.

na *Université Paris-Saclay*, na área de neurociência. “Pretendo levar esse conhecimento que estou adquirindo para o Brasil e aplicá-lo na pesquisa com Zika”, garante. A jovem doutora também espera o resultado de financiamento para jovens pesquisadores da Faperj. “Dados cruzados!”, ela brinca. Das muitas conquistas, ainda há a recente aprovação para o quadro permanente da UFRJ, como professora adjunta do Instituto de Ciências Biomédicas.

LONGA ESTRADA

No campo pessoal, a conquista tem ainda mais significados para a nova professora da UFRJ. “Minha avó era semianalfabeta. Minha mãe dormia quatro horas por noite pra conseguir fazer a faculdade e trabalhar. Foi uma escadinha de muito sacrifício, de muito trabalho não só meu,



FOTOS: DIVULGAÇÃO

PROFESSORAS Claudia Figueiredo, coordenadora do PPG Ciências Farmacêuticas, e Julia Clarke, orientadora de Isis Nem de Oliveira Souza (abaixo), autora da tese premiada



mas de toda minha família, para eu conseguir chegar até aqui”, reconhece. “Por um lado, é muito bonito ver que o Brasil é capaz de dar suporte pra que alguém chegue nesse ponto. Mas ainda tem muito trabalho de base para ser feito, para que um número maior de pessoas tenha ao menos comida no prato três vezes ao dia”.

A orientadora de Isis é só elogios. “Acredito que uma série de fatores influenciaram no diferencial da tese. Um deles, que eu gostaria de destacar, é que a Isis é realmente uma aluna diferenciada, é brilhante”, pontua a professora Julia Clarke. “Isis chegou até mim muito madura, sabendo bem o que queria”, sublinha a pesquisadora.

A docente também acredita a conquista do prêmio a fatores como o apoio do Estado para a realização das pesquisas e à estrutura da UFRJ. “Éramos um grupo de neurocientistas voltados a entender os mecanismos do Zika durante a epidemia de 2016, e ter recursos para esse projeto foi muito importante. Eu diria fundamental para os avanços que tivemos”, diz. “Outro ponto é a estrutura da UFRJ,

que tem vários equipamentos que são multiusuários em diferentes laboratórios. Sem dúvidas, a colaboração com grupos de pesquisa mais estabelecidos contribuiu para a qualidade desse trabalho”, agradece a orientadora.

A professora Andrea da Poian, do Instituto de Bioquímica Médica, foi uma das responsáveis pela construção da rede de colaborações na UFRJ. O projeto Rede Zika contou com robusto financiamento da Finep e da Faperj. “Como era um problema novo da virologia, a formação de redes ajudaria a lidar de uma forma mais rápida com o problema em termos de pesquisa científica”, justifica a professora Andrea, uma das coordenadoras da Rede Zika do estado do Rio. “Era preciso juntar as expertises de vários lados, o que acabou resultando em um trabalho bastante bom e isso se reflete no prêmio que a Isis ganhou”, argumenta.

FINANCIAMENTO É ESSENCIAL

Para a professora Julia Clarke, a Ciência brasileira precisa ser mais apoiada para cumprir sua missão social. “O Zika foi um

episódio muito triste e agora vivenciamos outro, a covid-19, com intervalo de tempo muito curto entre os dois. A Ciência precisa conseguir, de maneira rápida, responder aos questionamentos que surgem durante essas emergências. Para isso, precisamos de financiamento. Há um descaço muito grande com a universidade e com a Ciência”, critica.

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, a professora Cláudia Figueiredo também se divide entre comemoração e reivindicação. “Os programas em consolidação precisam de uma atenção maior porque eles têm muito potencial a oferecer”, alerta. Nota 5 na Capes, o programa que formou Isis Souza não consegue suprir a demanda por bolsa. “Há muitas outras Isis que poderiam gerar futuros prêmios Capes, mas que não conseguem fazer o mestrado e o doutorado aqui. É revoltante”, desabafa.

Da graduação à pós, o curso de Farmácia é multidimensional. “Formamos cientistas, profissionais para a indústria, profissionais para os hospitais públicos, além da iniciativa privada”, explica a professora Cláudia. Ela argumenta que a avaliação da Capes, que confere nota aos Programas, não abrange todas essas dimensões. “Temos uma produção científica importante, tanto que ganhamos esse prêmio, mas temos também outras frentes de formação. Essas coisas não têm um peso tão grande para a agência”, argumenta. Os atrasos na Avaliação Quadrienal acabam também se tornando um empecilho. “Já poderíamos ter evoluído na nota. Quando a gente não evolui, a gente tem menos bolsos, menos recurso”,

Quadrienal: eméritos apoiam cientistas que renunciaram

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

Cresce a pressão contra a atual gestão da Capes. As renúncias coletivas dos avaliadores de quatro áreas do conhecimento têm recebido amplo apoio da comunidade acadêmica do país. É uma das manifestações de solidariedade partiu de 55 professores eméritos da UFRJ (a íntegra pode ser lida nesta página). “O reconhecido sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, fator de contínuo aperfeiçoamento de nossos programas de pós-graduação, vem sendo desconstruído, sistemática e intencionalmente pelo governo atual”, afirma um trecho da nota divulgada esta semana.

Diretor da AdUFRJ e um dos signatários do documento, o professor Ricardo Medronho observa que os eméritos da universidade não poderiam silenciar diante da inoperância atual da Capes. O professor destaca outro ponto de atrito entre os

cientistas e a presidência da agência. “O Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) terminou em 2020. E até hoje os gestores atuais da Capes não tomaram nenhuma iniciativa para promover as discussões do plano de 2021 a 2030. Isso está completamente parado”, criticou. Integrante do Consuni como representante dos professores eméritos, Medronho propôs ao colegiado que incorporasse a carta em solidariedade aos cientistas como uma moção, na sessão do dia 9. “Essa nota foi endossada pelo Conselho de Centro do CCS, em sua última reunião”, reforçou. O texto foi aprovado por unanimidade.

MAIS 34 CIENTISTAS DEIXAM QUADRIENAL

Na terça-feira (7), 34 coordenadores e consultores da área das Engenharias III (Engenharia Aeroespacial, Engenharia Mecânica, Engenharia Naval e Oceânica e Engenharia de Produção) renunciaram às funções de avaliadores dos programas de pós-graduação — apenas



um integrante da comissão não se retirou. Ao todo, já são 114 cientistas insatisfeitos com a política da agência de fomento, contando com os que já haviam renunciado nas áreas de Física/Astronomia; Química; e Matemática, Probabilidade e Estatística.

A mais recente saída ocorre após a decisão judicial que autorizou a retomada dos procedimentos da Avaliação Quadrienal 2017-2020, sem permitir a divulgação dos resultados. No

documento em que formalizaram a renúncia, os pesquisadores expõem a convicção de que, nestas condições, não será possível realizar um trabalho “com a qualidade necessária para o cumprimento de seu papel” de orientar as políticas públicas para o desenvolvimento da pós-graduação brasileira. A falta de garantia com a transparência dos resultados é uma das principais preocupações. “A Comissão não vê como justificável o investimento de recursos públicos escassos e, principalmente, do trabalho intenso de 35 cientistas da área das Engenharias III, em tempo quase integral ao longo dos próximos quatro meses, neste cenário de incerteza”, diz um trecho da carta de renúncia.

A professora Juliana Braga Rodrigues Loureiro, da Escola Politécnica da UFRJ, era uma das consultoras da área. “Fui convidada em janeiro. De janeiro até a suspensão da avaliação, em setembro, a gente se reunia semanalmente para preparar a avaliação quadrienal. É um

tempo investido e um trabalho muito grande para não saberemos se vai valer a pena”, explica.

RESPOSTAS DA CAPEs

Questionada sobre as críticas dos pesquisadores, a Capes respondeu, via assessoria, que “a intenção é obter, sim, autorização para a divulgação dos resultados”. E, para isso, esclarecerá “todos os pontos solicitados” pela Justiça. Disse ainda que aguarda o novo cronograma da Avaliação Quadrienal, elaborado pelo Conselho Técnico-Científico (CTC). “A prorrogação dos mandatos vai considerar o novo calendário, necessário à avaliação, em respeito à legalidade e à segurança jurídica do processo avaliativo”. Em relação às áreas em que houve renúncia coletiva dos avaliadores, a assessoria informou que os coordenadores, “caso queiram”, poderão permanecer nos cargos “ou vamos consultar os dados da última eleição e chamar os mais votados”. A Capes não se pronunciou sobre o PNPG em seus últimos comunicados à imprensa.

NOTA DE PROFESSORES EMÉRITOS DA UFRJ EM SOLIDARIEDADE AOS DEMISSONÁRIOS DOS COMITÊS ASSESSORES (CAS) DA CAPEs

Os professores Eméritos da UFRJ abaixo vêm por meio desta nota manifestar a sua solidariedade aos mais

de 110 colegas dos Comitês Assessores das áreas de Química, Matemática/Probabilidade e Estatística, Astronomia-Física e Engenharias III, do sistema de avaliação da Capes, que tomaram a decisão de solicitar demissão coletiva, em função da falta de comprometimento da instituição tanto com a avaliação quadrienal quanto com a elaboração do necessário Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2021-2030. Acrescenta-se a isso a urgência, inexplicada e seguramente desnecessária, em liberar a submissão de propostas de pós-graduação stricto sensu de ensino a distância (EaD), sem

antes proceder a uma cuidadosa análise e sem nem mesmo dar a palavra aos atuais programas de pós-graduação.

O reconhecido sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, fator de contínuo aperfeiçoamento de nossos programas de pós-graduação, vem sendo desconstruído, sistemática e intencionalmente pelo governo atual. Orçamentos irrisórios e tentativas constantes de desprestigiar institutos de pesquisa de reconhecido mérito, nacional e internacional, têm provocado uma crescente evasão para o exterior de brilhantes jovens pesquisadores, o que comprometerá o futuro da ciência nacional.

Desejamos que a honrosa atitude dos membros dos CAS mencionados repercuta e sirva para uma profunda reflexão sobre todo o sistema de ensino e

Erasmus Madureira Ferreira

Fernando Garcia de Mello

Francisco Radler de Aquino Neto

Gilberto Barbosa Domont

Helio Migon

Henrique Murad

João Luiz Maurity Saboia

Jose Angelo de Souza Papi

Jose Mauro Peralta

José Paulo Netto

Krishnaswamy Rajagopal

Liu Hsu

Luiz Bevilacqua

Luiz Felipe Alvahydo de Ulhoa Canto

Luiz Pereira Caloba

Luiz Pinguelli Rosa

Marcello André Barcinski

Márcio Tavares d'Amaral

Maria Angela Dias

Maria Antonieta Rubio Tyrrell

Marieta de Moraes Ferreira

Martin Schmal

Muniz Sodré de Araújo Cabral

Nei Pereira Junior

Nelson Maculan Filho

Nelson Spector

Nicim Zagury

Nizia Maria Souza Villaça

Nubia Verçosa Figueiredo

Olaf Malm

Radovan Borojevic

Raquel Paiva de Araújo Soares

Ricardo de Andrade Medronho

Roberto Lent

Sandoval Carneiro Jr.

Sergio Augusto Pereira Novis

Takeshi Kodama

Talita Romero Franco

Vivaldo Moura Neto

Walter Araujo Zin

Yvonne Maggie

NOTAS

PARABÉNS, OBSERVATÓRIO DO VALONGO!

O Observatório do Valongo ganhou uma medalha comemorativa pelos 140 anos, completados no último dia 8. A instituição de pesquisa foi fundada em 1881, durante o Brasil Império. A reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, homenageou a unidade — primeira a criar um curso de graduação em Astronomia no Brasil — durante o Conselho Universitário do dia 9. “Parabéns a todos os integrantes do Observatório do Valongo. Sigamos fazendo ciência de muita qualidade”, celebrou a reitora. A medalha foi criada pela Casa da Moeda.



FERNANDO SOUZA /ARQUIVO ADUFRJ

APROVADO REGIMENTO DE NOVO NÚCLEO DO CCS

O recém-criado Núcleo de Enfrentamento e Estudos de Doenças Emergentes e Reemergentes Carlos Chagas, órgão vinculado ao Centro de Ciências da Saúde, teve seu regimento aprovado por unanimidade na sessão do Consuni do dia 9. O núcleo, fundado durante a pandemia de covid-19, tem por missão desenvolver pesquisas e orientar políticas públicas de combate e manejo de futuras ameaças sanitárias.

Coluna
publicada
quinzenalmente
no **Jornal da
AdUFRJ**

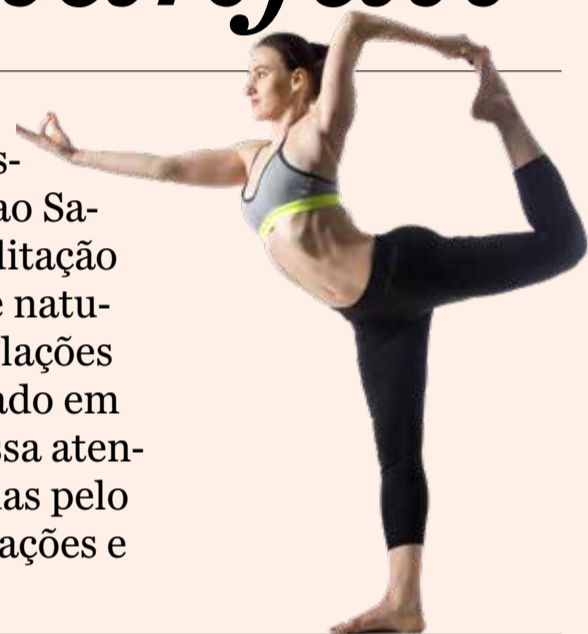


MAYRA GOULART
Vice-presidente
da ADUFRJ,
professora de
Ciência Política
e yoguini

EQUILÍBRIO

Os oito passos de Patanjali

Vamos retomar nossa conversa sobre os sutras de Patanjali. Na última coluna, apresentamos um compilado sistemático de instruções para guiar o praticante de Yoga em sua jornada rumo ao *Samadhi*, entendido como estado de completa consciência e meditação plena, no qual as dualidades entre sujeito e objeto, indivíduo e natureza, razão e emoção são superadas. É nesse estado que as oscilações da mente (*vrutti*) são recolhidas. Trata-se, portanto, de um estado em que somos capazes de conter a tendência natural de voltar nossa atenção para o que é externo: objetos materiais e sensações causadas pelo contato com eles. Questões imaginárias como medos, preocupações e angústias também podem ser apaziguadas no *Samadhi*.



■ Nos sutras, o primeiro capítulo se dedica a delinear os contornos de um propósito geral, definindo o Yoga como esse estado de recolhimento das oscilações da mente e indicando os requisitos para sua prática. No texto, Patanjali deixa claro que tais requisitos não consistem em dinâmicas físicas, mas em preceitos éticos determinados (*Yamas*), que serão objeto da nossa coluna de hoje, seguidos de indicações morais (*Nyamas*), formuladas como normas de aperfeiçoamento pessoal, sobre as quais trataremos no próximo texto. Com isso, espero ratificar o propósito de Patanjali ao ressaltar que o Yoga delinea uma disciplina que trabalha a mente, utilizando o corpo como uma ferramenta para alcançar propósitos de natureza psicológica, ética e moral.

■ Sendo assim, os *Yamas* se dedicam a harmonizar as interações sociais e os *Nyamas*, as disposições e sentimentos internos do praticante, reduzindo as fricções entre atitudes externas e disposições internas. Esta proposta se baseia na hipótese de que há uma circularidade entre ambas, sem que haja precedência de uma sobre a outra. Em outros termos, o controle das atitudes e do corpo aumenta o controle sobre a mente. Atitudes mais conscientes levam a uma mente mais calma e com mais controle sobre seus padrões (*samskaras*, compreendidos como conjunto das



tendências subconscientes, de caráter inato, hereditário e comportamental). Com essa perspectiva, o Yoga consiste em uma abordagem holística para o bem estar que começa pelo aspecto mais denso e periférico, pelo corpo, pela conduta para que, progressivamente, conforme o praticante ganhe consciência e capacidade de controle, abranja os elementos mais complexos da psiquê humana.

■ Os *Yamas*, são, portanto, o primeiro dos oito passos estabelecidos por Patanjali para a realização do Yoga, seguidos de *Nyamas*, *Asanas* (posturas), *Pránáyáma* (exercícios respiratórios e práticas de controle do prana); *Pratyahara* (abstração, recolhimento dos sentidos); *Dharana* (concentração), *Dhyana* (meditação) e *Samadhi*. Não obstante a separação didática, podemos compreender a meditação como uma combinação dos três últimos passos, que consistem em dinâmicas estritamente interiores, precedidas de três etapas voltadas

a regular o corpo e as atitudes dos praticantes (*Yamas*, *Nyamas* e *Asanas*) e duas etapas voltadas a aumentar o controle sobre as dimensões mais sutis como a respiração e os sentidos (*Pránáyáma* e *Pratyahara*).

■ Os *Yamas* são formulados como normas de interação com os demais. O fato deles serem os primeiros nessa enumeração, ao meu ver, reforça o equívoco da forma solipscista como o Yoga vem se disseminando no ocidente, enquanto prática voltada a um tipo de bem estar pensado individualmente, quase que à revelia do mundo. Ao apresentar regras de convivência como o primeiro passo, Patanjali distingue o Yoga como prática social, voltada para o outro, para auxiliar os praticantes a serem mais úteis, mais adequados e mais comprometidos com a sociedade. Diferentemente de outros textos do período, o Yoga que é ensinado nos sutras não é dirigido a orientar a prática de monges reclusos, mas às pessoas comuns que querem se transformar com o objetivo de serem melhores, não apenas para si mesmas, mas para os outros.



■ Os *Yamas* são:

- 1. Ahimsa:** não agressão. Evitar qualquer tipo de violência física, mental ou emocional contra si mesmo ou contra os demais.
- 2. Satya:** autenticidade, verdade. Segundo Taimni, um dos mais tradicionais e prestigiosos estudiosos da filosofia do Yoga, autor de *A Ciência do Yoga: Comentários sobre os Yoga-Sutra de Patanjali à luz do Pensamento Moderno*, mentir provoca tensões desnecessárias que nos impedem de aquietar a mente.
- 3. Asteya:** não roubar;
- 4. Brahmacharya:** prática de uma vida espiritualmente regrada através da moderação dos sentidos.
- 5. Aparigraha:** não cobiçar, não possessividade enquanto capacidade de controlar o apego por aquilo que se tem e o desejo de acumular, buscando o contentamento (*santosh*), que é um dos *nyamas* sobre os quais discorreremos na próxima coluna. Após enumerar os *Yamas*, Patanjali indica que estas normas devem regular o comportamento de todas as pessoas, indiferentemente da posição que elas ocupam na sociedade, deixando claro que os poderosos, ricos e sábios também devem se esforçar para construir uma coletividade mais equilibrada e justa.